

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA
CNPJ: 02.016.507/0001-69

Índice

1	CONTEXTO OPERACIONAL	8
2	DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO AUDITADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE).....	9
3	DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	11
4	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
5	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
6	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	16
7	CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS	17
8	PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	17
9	IMPOSTOS A RECUPERAR	18
10	OUTROS CRÉDITOS	19
11	IMOBILIZADO	20
12	INTANGÍVEL	23
13	FORNECEDORES	23
14	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	24
15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	25
16	ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	30
17	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	30
18	PROVISÃO PARA APOSENTADORIA INCENTIVADA	30
19	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	31
20	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33
21	PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	34
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
23	SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	38
24	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS - SUBVENÇÃO COMBUSTÍVEIS.....	38
25	CUSTO E DESPESAS COM PESSOAL E C/ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	39
26	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	39
27	REMUNERAÇÃO EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	39
28	PLANO DE APOSENTADORIA	40
29	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
30	SEGUROS (NÃO AUDITADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE)	45
31	ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	46
32	ALMOXARIFADO	48
33	CONSTRUÇÃO DA UTE CANDIOTA III (FASE C) - 350 MW (NÃO AUDITADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE)	48
34	INCONSTITUCIONALIDADE DO PIS/PASEP E DA COFINS	50
35	BENS DA UNIÃO EM REGIME ESPECIAL DE UTILIZAÇÃO.....	51
36	OUTROS ASSUNTOS (NÃO AUDITADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE)	51
37	EVENTOS SUBSEQUENTES (VALORES EM R\$).....	52

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

NIRE Nº 43300036120

BALANÇO PATRIMONIAL ATÉ OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		VARIAÇÃO
	2009	2008	%
CIRCULANTE			
Disponibilidades	24.560	2.182	1.026
Aplicações no mercado aberto	10.014	21.673	(54)
Aplicações no mercado aberto vinculados	-	14.500	-
Concessionárias	24.261	23.188	5
Impostos a recuperar	6.791	8.230	(17)
Aquisição de combustível a recuperar - CDE	3.194	3.854	(17)
Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa	(183)	(171)	7
Almojarifado	46.540	35.112	33
Despesas pagas antecipadamente	1.655	1.727	(4)
Outros créditos	1.110	1.223	(9)
	<u>117.942</u>	<u>111.518</u>	<u>6</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Impostos a recuperar	3.539	4.915	(28)
Depósitos vinculados a litígios	5.367	5.961	(10)
	<u>8.906</u>	<u>10.876</u>	<u>(18)</u>
Imobilizado			
Em serviço	230.764	197.752	17
Em curso	922.566	716.973	29
Total do imobilizado	<u>1.153.330</u>	<u>914.725</u>	<u>26</u>
Intangível			
Em serviço - Líquido	2.843	4.236	(33)
Em curso - líquido	137		
Total do intangível	<u>2.980</u>	<u>4.236</u>	<u>(30)</u>
	<u>1.156.310</u>	<u>918.961</u>	<u>26</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.283.158</u>	<u>1.041.355</u>	<u>23</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

NIRE Nº 43300036120

BALANÇO PATRIMONIAL ATÉ OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		VARIAÇÃO
	2009	2008	%
CIRCULANTE			
Fornecedores	87.734	76.981	14
Folha de pagamento	4.255	4.149	3
Tributos e contribuições sociais	10.539	7.582	39
Empréstimos e financiamentos	62.005	-	-
Encargos do consumidor a recolher	2.240	2.514	(11)
Obrigações estimadas	9.615	7.424	30
Provisão para aposentadoria incentivada	709	1.050	(32)
Provisão para contingências	13.227	10.033	32
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	3.397	3.477	(2)
Outros	977	499	96
	<u>194.698</u>	<u>113.709</u>	<u>71</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Encargos Dividas	21.612	7.811	177
Empréstimos e financiamentos	698.082	566.327	23
Provisão para aposentadoria incentivada	829	1.288	(36)
Plano de aposentadoria	-	2.214	-
	<u>720.523</u>	<u>577.640</u>	<u>25</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital realizado atualizado	868.721	868.721	-
Reservas de capital	4.436	4.436	-
Recursos destinados ao aumento de capital	38.850	-	-
Prejuízo acumulado	(543.979)	(523.060)	4
Ações próprias em tesouraria	(91)	(91)	-
	<u>367.937</u>	<u>350.006</u>	<u>5</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>1.283.158</u>	<u>1.041.355</u>	<u>23</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69
NIRE Nº 43300036120

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO ATÉ OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE REAIS)

	LEGISLAÇÃO SOCIETARIA	VARIACÃO	
	2009	2008	%
RECEITA OPERACIONAL			
Suprimento de energia elétrica	212.317	195.228	9
Outras receitas - Aluguéis	43	30	43
	<u>212.360</u>	<u>195.258</u>	<u>9</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL			
Encargos do consumidor	(8.265)	(7.222)	14
Pasep/Cofins	(14.493)	(11.830)	23
	<u>(22.758)</u>	<u>(19.052)</u>	<u>19</u>
Receita Operacional Líquida	<u>189.602</u>	<u>176.206</u>	<u>8</u>
DESPESA OPERACIONAL			
Pessoal	(71.539)	(74.597)	(4)
Material	(11.909)	(13.995)	(15)
Serviços de terceiros	(31.302)	(33.578)	(7)
Combustível para produção de energia elétrica - CCC/CDE	(90.111)	(93.843)	(4)
(-) Recuperação de despesas - Subvenção combustíveis	81.497	89.625	(9)
Energia elétrica comprada para revenda	(100.597)	(192.464)	(48)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.142)	(8.341)	22
Depreciação e amortização	(43.387)	(45.955)	(6)
Outras despesas	(6.375)	(5.306)	20
	<u>(283.865)</u>	<u>(378.454)</u>	<u>(25)</u>
OUTRAS RECEITAS			
	1.561	747	109
OUTRAS DESPESAS			
	74.700	(92.937)	-
Outras Receitas e Despesas	<u>76.261</u>	<u>(92.190)</u>	<u>-</u>
RECEITA FINANCEIRA			
Renda de aplicações financeiras	1.370	5.625	(76)
Variações monetárias	8	-	-
Juros e multas	892	1.855	(52)
	<u>2.270</u>	<u>7.480</u>	<u>(70)</u>
DESPESA FINANCEIRA			
Encargos de dívidas	(4.229)	(4.714)	(10)
Contribuição provisória sobre movimentação financeira	(452)	(27)	1.574
Outras despesas financeiras	(506)	(503)	1
	<u>(5.187)</u>	<u>(5.244)</u>	<u>(1)</u>
Resultado Financeiro	<u>(2.917)</u>	<u>2.236</u>	<u>-</u>
Resultado Operacional	<u>(20.919)</u>	<u>(292.202)</u>	<u>(93)</u>
PROVISÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Contribuição social	-	-	-
Imposto de renda	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(20.919)</u>	<u>(292.202)</u>	<u>(93)</u>
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações do capital social	(18,56)	(259,29)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
recursos destinados ao aumento de capital
Em milhares de reais**

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Recursos destinados aumento de capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	22	868.721	(91)	4.436	(230.858)	-	642.208
Prejuízo do exercício		-	-	-	(292.202)	-	(292.202)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	22	868.721	(91)	4.436	(523.060)	-	350.006
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	(20.919)	-	(20.919)
Subtotal Patrimônio Líquido		<u>868.721</u>	<u>(91)</u>	<u>4.436</u>	<u>(543.979)</u>	<u>-</u>	<u>329.087</u>
Recursos destinados ao aumento de capital	22	-	-	-	-	38.850	38.850
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		868.721	(91)	4.436	(543.979)	38.850	367.937

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(20.919)	(292.202)
	(20.919)	(292.202)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	41.994	44.549
Amortização de intangível	1.393	1.406
Perda na venda de ativo imobilizado	2.709	25.975
Rendimentos aplicação no mercado aberto	(1.371)	(5.625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(605)
Despesa de juros e variações monetárias	13.801	13.620
Ajuste ao valor recuperável de ativos	(74.962)	92.771
Total de Ajustes	(16.424)	172.091
Variações em:		
(Aumento) / redução em aplicação no mercado aberto	27.530	65.508
(Aumento) / redução em contas a receber de concessionárias	(1.073)	(5.616)
(Aumento) / redução em almoxarifado	(11.428)	(6.546)
(Aumento) / redução em impostos a recuperar	2.815	21.281
(Aumento) / redução em depósitos judiciais	594	(698)
(Aumento) / redução em outros ativos	843	6.082
Aumento / (redução) em fornecedores	10.752	25.887
Aumento / (redução) em salários e encargos sociais	106	660
Aumento / (redução) em tributos e contribuições sociais	2.957	1.044
Aumento / (redução) em outros passivos	2.316	6.153
Aumento / (redução) em provisão para contingências	3.195	(281)
Aumento / (redução) em prov. p/aposent. incentivada e pl. de aposentadoria	(3.014)	(3.628)
Total de Variações	35.593	109.846
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(1.750)	(10.265)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(208.346)	(555.638)
Aquisições de ativo intangível	(137)	(247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(208.483)	(555.885)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos destinados ao aumento de capital	38.850	-
Ingressos de empréstimos	193.761	566.327
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	232.611	566.327
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	22.378	177
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	24.560	2.182
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	2.182	2.005
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	22.378	177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - informação adicional às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

CNPJ Nº 02.016.507/0001-69

NIRE Nº 43300036120

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE DEZEMBRO 2009 E 2008

(EM MILHARES DE REAIS)

	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	2009	2008
RECEITA BRUTA E OUTRAS RECEITAS		
Receitas de vendas de energia elétrica	212.317	195.228
Outras receitas operacionais	1.561	747
	<u>213.878</u>	<u>195.975</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Custos da energia comprada	(100.597)	(192.464)
Serviços de terceiros	(31.302)	(33.578)
Materiais	(11.909)	(13.995)
Combustível para produção de energia	(90.111)	(93.843)
(-) Recuperação de Despesas subv. Combustíveis	81.497	89.625
Outros custos operacionais	(15.667)	(12.149)
(-) Recuperação de Despesas - Impairment	74.962	(92.771)
	<u>(93.127)</u>	<u>(349.175)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>120.751</u>	<u>(153.200)</u>
RETENÇÕES		
Quotas de reintegração	(43.387)	(45.955)
	<u>(43.387)</u>	<u>(45.955)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>77.364</u>	<u>(199.155)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.270	7.480
Outras receitas - aluguéis	43	30
	<u>2.313</u>	<u>7.510</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>79.677</u>	<u>(191.645)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	80.475	63.367
Governo	15.074	32.153
Agentes financeiros (e Aluguéis)	5.047	5.037
Retenção de lucro/prejuízo do exercício	(20.919)	(292.202)
TOTAL	<u>79.677</u>	<u>(191.645)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (“controladora”, “Eletrobrás”), foi constituída em 28 de julho de 1997.

Através do Contrato de Concessão no. 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina da NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW/h. Além da concessão, detém autorização, por meio da Portaria MME no. 304, de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW/h. A nova usina está em implantação para entrada em operação comercial em 1o. de julho de 2010. A energia a ser gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1o. de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado), referente à energia comercializada no leilão 002-2005 citado anteriormente, a Companhia está adquirindo, através de realização em Chamadas Públicas de energia, o montante equivalente a 292 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado), referente a energia comercializada no leilão 002-2005 citado anteriormente, a Companhia participou de leilões de venda de energia adquirindo parcialmente os montantes necessários (Abril 2010 - 118MW; Maio/10 - 198MW; Junho/10 - 253MW). Desta forma a Companhia deverá adquirir, através de realização e participação em Chamadas Públicas, os montantes faltantes para o período de 01 de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010, até o limite de 292 MW médios mensais, atendendo plenamente os CCEARs.

Com a instalação da nova usina, a Companhia passará a contar com potência instalada total de 840 MW/h, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia tem operado em níveis abaixo de sua capacidade instalada em função de problemas conforme comentado na Nota 2, ocasionando a apuração de prejuízos operacionais nos últimos exercícios.

Diante desta situação, a Companhia necessita de recursos financeiros para a manutenção das atividades operacionais e de seus investimentos, que até o momento estão tendo suporte pela controladora Eletrobrás através da assunção de empréstimos pela Companhia, conforme os contratos de empréstimo ECF 2735/2009 e 2753/2009, demonstrados na Nota 15.

Conforme determinado pelo Conselho de Administração da Eletrobrás, no âmbito do seu plano de transformação, foi contratada uma consultoria especializada para auxiliar na definição de uma estrutura ótima de capital para as empresas do Sistema Eletrobrás, que será um instrumento importante para o seu saneamento econômico-financeiro, e por consequência a própria Companhia.

Como resultado do trabalho desenvolvido pela consultoria contratada, o Conselho de Administração da Eletrobrás, em 03 de novembro de 2009, anunciou a aprovação da capitalização das empresas controladas pela holding, que deverão seguir novas regras de governança corporativa. De acordo com comunicado enviado ao mercado, a Companhia receberá um aumento de capital de R\$ 38.850, que está condicionado ao parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assim como à celebração do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE e à alteração dos estatutos sociais das empresas controladas e da Eletrobrás. O montante do aporte previsto foi recebido pela Companhia em 2009 e encontra-se registrado como Recursos destinados ao aumento de capital no Patrimônio Líquido, conforme descrito nas Notas 15 e 22.

2 Desempenho operacional (não auditado pelo auditor independente)

No ano de 2009 a geração total da Companhia foi de 944,60 GWh (2008 - 970,12 GWh), representando uma redução de 2,7% em relação ao ano de 2008.

No primeiro trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 246,11 GWh.

No segundo trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 327,37 GWh.

No terceiro trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 249,29 GWh.

No quarto trimestre de 2009, a geração bruta total da Companhia foi de 121,83 GWh.

A redução de geração no quarto trimestre se deu devido aos furos frequentes das caldeiras das unidades 3 e 4, manutenção geral da Unidade 3 durante os meses de outubro, novembro e dezembro e intervenção na turbina da unidade 4.

Para o ano de 2010 espera-se uma melhora de desempenho, principalmente devido aos seguintes fatores associados às Usinas Termelétricas Presidente Médici e São Jerônimo:

- . Substituição dos tubos das paredes d'água da caldeira 3 de São Jerônimo.
- . Colocação em operação dos pré-aquecedores de alta pressão das unidades 1 e 2, melhorando o rendimento destas unidades.

Conclusão da recuperação geral da torre de refrigeração da Fase A.

Após as paradas gerais ocorridas durante o exercício de 2009 nas unidades 1, 2 e 3, os resultados esperados não foram alcançados, causando uma redução na geração do ano de 2009.

Com o ciclo de paradas de 2010 teremos as manutenções das quatro unidades da UPME, sendo que a parada da unidade 3 que se inicia em agosto de 2010 é de grande porte, para recomposição das paredes d'água desta unidade.

Com a substituição dos tubos inclinados das caldeiras 1 e 2 da Usina de São Jerônimo, que vinham apresentando alto índice de furos, a Usina aumentou sua geração, fechando o ano de 2009 com uma média de 5,1 MWm atingindo a geração de referência determinada pelo ONS, melhorando a condição de atendimento dos contratos da Companhia e evitando penalidade pela RES 129/04.

Em função do aumento do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos a partir de janeiro de 2008, e os problemas técnicos descritos acima, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informado na nota 13 (a). A partir de fevereiro de 2009, a Companhia vem comprando montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, diminuindo a exposição a penalidades por insuficiência de lastro perante CCEE, e a partir do mês de setembro de 2009 não houve penalidades por lastro em função das compras realizadas. As compras de energia devem ser mantidas durante os anos de 2010 e 2011, ou até que os índices de disponibilidade estejam recuperados.

A Companhia contratou junto ao fabricante Alstom, o serviço de recuperação das caldeiras 3 e 4 (2 x160 MW). Este trabalho se inicia em agosto de 2010 e se estende até o agosto de 2011. Após a conclusão deste trabalho, a Companhia espera reduzir significativamente o número de furos de suas caldeiras da Fase B, o que possibilitaria uma grande melhora no desempenho destas unidades.

Diante destas ações, a Companhia espera a melhoria do desempenho a partir do exercício de 2011, e num processo de crescimento para os demais exercícios, em função do planejamento e das ações em andamento, permitindo maior eficiência do processo de geração.

3 **Das concessões e autorizações**

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW/h) (iii)	Capacidade utilizada (MW) (iii)	Data da concessão	Data de encerramento
UTE Presidente Médici - Candiota (i)	446	286	08.07.95	07.07.15
UTE São Jerônimo (i)	20	10	08.07.95	07.07.15
UTE Nutepa (i)	24	12	08.07.95	07.07.15
UTE Candiota (Fase C) (ii)	350	-	18.07.06	17.07.41
Total de capacidade instalada (MW)	<u>840</u>	<u>308</u>		

(i) Contrato de Concessão no. 067, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME no. 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados em MW e MW/h não auditados pelo auditor independente.

4 **Apresentação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 11 de março de 2010.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei no. 6.404/76, alterada pela Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória no. 449/08, regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 5.1 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

5 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Aplicações no mercado aberto

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(c) Contas a receber de concessionárias

Registrada pelo suprimento de energia elétrica faturada até a data das demonstrações financeiras com base nas disposições contratuais e no regime de competência.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos.

(e) Almoxarifado

Refere-se a materiais em estoque destinados à manutenção das operações e é demonstrado ao custo médio das compras que não excede ao valor de mercado.

(f) Aquisição de combustível a recuperar Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Registrada pelos valores a receber da Eletrobrás decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL no. 129/2004.

(g) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, ou por estratégia da empresa ou ordem judicial para garantia de liquidação dos processos movidos contra a Companhia, são realizados depósitos judiciais. Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver

possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(h) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Imobilizado e intangível

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE no. 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL no. 2 de 24 de dezembro de 1997 e no. 44, de 17 de março de 1999, descritas na Nota 11.

O intangível refere-se a licenças adquiridas de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Em relação ao imobilizado em curso, de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos. Da mesma forma, é permitida a alocação de custos diretos da administração geral com pessoal e serviços externos ao imobilizado e outras construções em andamento, com base em critérios adequadamente estabelecidos, conforme descrito na Nota 11.

Os materiais em almoxarifado destinados a imobilizações estão classificados no ativo imobilizado, sendo demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

(j) Redução ao valor recuperável de ativos

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM no. 527/07, de 1o. de novembro de 2007, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a Companhia realizou, no exercício de 2008, os testes necessários a fim de verificar eventuais reconhecimentos de redução ao valor recuperável de seus ativos em serviço, no nível de unidade geradora de caixa, constituindo uma provisão para desvalorização ("impairment") de tais ativos no valor de R\$ 92.771. Ao repetir os testes para o exercício de 2009 a Companhia apurou uma reversão da provisão constituída no exercício anterior no valor de R\$ 61.552, apurando ainda uma realização da depreciação sobre os ativos que tiveram ajustados o seu valor de recuperação no valor de R\$ 13.410, resultando ao final deste exercício como saldo de ajuste por *impairment* no ativo imobilizado de R\$ 17.809.

Nas análises realizadas, foi considerada no fluxo de caixa a estimativa de indenização pelo poder concedente do valor residual do ativo imobilizado, conforme previsto no Contrato de concessão no. 67/2000-ANEEL, cláusula 11 - "Extinção e reversão dos bens na subcláusula 2a".

Para a UTE Candiota III (Fase C), em função de ser uma unidade nova que está em fase de construção e já ter ocorrido a comercialização de sua produção, não há sinalização de perspectivas de perdas para estes ativos, conforme testes de fluxos de caixa projetados realizados pela Companhia.

(k) Provisão para contingências

Reconhecida em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia.

(l) Provisão para contribuição ao fundo de pensão

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Eletroceee, que administra o seu plano de aposentadoria, do tipo "benefício definido" e outros benefícios pós-emprego a funcionários.

A obrigação futura estimada para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão desses funcionários é avaliada anualmente por atuários independentes, sendo registrada pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM no. 371 de 13 de dezembro de 2000.

(m) Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data das demonstrações financeiras, quando legal ou contratualmente exigidos.

(n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões permanentes (lucro real) e por prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, aplicando-se as alíquotas vigentes. Não são registrados nas demonstrações financeiras os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e sobre diferenças temporariamente não dedutíveis.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

(o) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(p) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(q) Ajuste a valor presente

Em atendimento à Deliberação CVM no. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 12 - "Ajuste a Valor Presente", a Companhia não identificou ajustes a valor presente relevantes nos saldos de seus ativos e passivos.

5.1 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- . CPC 16 - Estoques
- . CPC 17 - Contratos de construção
- . CPC 20 - Custos de empréstimos
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- . CPC 24 - Eventos subsequentes
- . CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- . CPC 27 - Ativo imobilizado
- . CPC 30 - Receitas
- . CPC 33 - Benefícios a empregados
- . CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- . CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- . CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(b) Interpretações

- . ICPC 01 - Contratos de concessão
- . ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- . ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

6 Aplicações no mercado aberto

Por força de normas do Conselho Monetário Nacional, expressas pelo Banco Central do Brasil na Resolução no. 3.284, de 25 de maio de 2005, a Companhia deve manter 100% das suas disponibilidades financeiras aplicadas em cotas de fundos, exclusivamente administrados pelo Banco do Brasil ou instituições integrantes de seu conglomerado. Assim, a Companhia mantém suas aplicações em fundo de investimento de longo prazo administrado pelo BB Administração de Ativos DTVM S.A., com liquidez diária, denominado "BB Extramercado Exclusivo 4 Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo", cuja carteira de investimentos deve ser constituída por no mínimo 75% de títulos do tesouro nacional e o restante por CDB/RDB de emissão de instituições do conglomerado Banco do Brasil ou por operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do tesouro nacional, cabendo à BB DTVM a gestão da carteira de ativos, a custódia dos mesmos e a responsabilidade sobre a performance do fundo.

	Tipo de aplicação	Vencimento	2009	2008
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	10.014	21.673
Aplic. Financeiras vinculadas				
Banco do Brasil DTVM S.A.	Fundo Exclusivo	Diário	-	14.500
Total Aplicações			<u>10.014</u>	<u>36.173</u>

Em 31 de dezembro de 2008 a companhia mantinha aplicações financeiras vinculadas, como garantias de pagamento das liquidações do mercado de curto prazo junto a CCEE. A partir das liquidações realizadas em abril de 2009, estas garantias passaram a ser oferecidas pela controladora Eletrobrás.

7 Contas a receber de concessionárias

A Companhia comercializa a energia elétrica para as concessionárias a seguir indicadas, das quais tem a receber os seguintes saldos:

Concessionárias	2009	2008
Circulante		
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	2.608	3.251
Companhia Estadual de Distrib. de Energia Elétrica – CEEE-D	4.902	6.513
Rio Grande Energia S.A. – RGE	2.608	3.252
CIEN – Companhia de Integração Energética	47	47
Contratos de leilão – 2º e 4º leilão de energia existente	13.896	9.752
Reembolso de Energia Livre – RTE	200	373
Total	24.261	23.188

O montante divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referente ao ressarcimento de energia livre representava, em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$ 200 (2008 - R\$ 373) já atualizados pela SELIC. Esse ressarcimento firmado no Acordo de Reembolso de Energia Livre refere-se ao repasse dos valores homologados na Resolução ANEEL no. 483 de 29 de agosto de 2002 e os procedimentos operacionais para o referido repasse foram regulamentados pela Resolução ANEEL no. 36 de 29 de janeiro de 2003.

A Companhia, através do Ofício Circular no. 2.212/2005-SFF/SRE/ANEEL, efetuou a atualização dos valores correspondentes ao Reembolso de Energia Livre do Gerador, previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico, pela taxa SELIC, desde 1o. de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2009, conforme item 7 do ofício.

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387/2009, 15 de dezembro de 2009, determinando que as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, realizassem os cálculos necessários à recomposição do valor final da Energia Livre e da Perda de Receita, utilizando a metodologia da referida Resolução, de forma a permitir a apuração dos saldos finais a serem repassados às geradoras.

A Companhia espera que a homologação pela ANEEL resulte em valores a receber mas, contudo, não possui informações suficientes para mensurar e/ou estimar tais valores com razoabilidade e confiança, motivo pelo qual não registrou nenhum direito decorrente da edição da citada Resolução, o qual será reconhecidos quando da homologação do valor final, pela ANEEL.

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse referente ao Reembolso de Energia Livre - RTE (Nota 7) seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$ 183 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 171) a provisão para perdas na realização dos

créditos de energia livre. A Companhia realizou baixas até 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 28 (2008 - R\$ 1.642) do saldo a receber de energia livre, referente a distribuidoras que não estão mais realizando o repasse.

A Companhia constituiu a provisão, embora entenda que este direito tem base legal para sua cobrança, e buscará em todas as instâncias o recebimento destes créditos.

9 Impostos a recuperar

	2009	2008
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	352	1.548
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	34	29
Pasep/Cofins – Lei 11.196/05, Art. 109 (a)	6.393	6.018
Outros	12	635
	6.791	8.230
Não circulante		
Crédito de ICMS sobre aquisição de combustíveis e outros (b)	3.539	4.915
Total impostos recuperar - circulante e não circulante	10.330	13.145

(a) PASEP/COFINS - Lei no. 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as Contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, a AES SUL e a CEEE com alíquotas de 1,65% (PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF no. 468, de 8 de novembro de 2004. Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei no. 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei no. 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e conseqüentemente com alíquotas de 0,65% (PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estão sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro de 2004, dezembro de 2004, janeiro de 2005, março de 2005, abril de 2005, maio de 2005, junho de 2005 e julho de 2005.

Para os meses citados acima, em 2009 a Companhia apresentou pedido administrativo protocolado na Receita Federal, pela impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP).

(b) Crédito de ICMS

Os créditos fiscais de ICMS no valor de R\$ 3.539 (2008 - R\$ 4.915) originaram-se, principalmente, das operações de compra de combustível e outros até novembro de 1998, já que, atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1o. do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos para a construção da Fase C da UTE Presidente Médici e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. Neste exercício de 2009, a Companhia utilizou R\$ 1.483 através de compensação com pagamentos de ICMS devidos na importação de equipamentos para a construção da Fase C da UTE Presidente Médici.

10 Outros créditos

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Adiantamento a empregados	517	472
Adiantamento a fornecedores	555	593
Outros	38	158
Total	<u>1.110</u>	<u>1.223</u>

11 Imobilizado

	2009	2008
Imobilizado em serviço		
Geração		
Terrenos	996	1.006
Reservatórios, barragens e adutoras	9.599	9.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.430	74.470
Máquinas e equipamentos	1.771.917	1.812.826
Veículos	1.956	1.957
Móveis e utensílios	1.319	1.318
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	570	552
Máquinas e equipamentos	6.976	6.927
Veículos	616	616
Móveis e utensílios	1.016	1.016
Total do imobilizado em serviço	<u>1.867.395</u>	<u>1.910.287</u>
Depreciação acumulada		
Geração		
Reservatórios, barragens e adutoras	(7.286)	(7.105)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(60.090)	(61.026)
Máquinas e equipamentos	(1.543.971)	(1.545.142)
Veículos	(1.798)	(1.687)
Móveis e utensílios	(1.186)	(1.156)
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(28)	(6)
Máquinas e equipamentos	(3.340)	(2.712)
Veículos	(506)	(419)
Móveis e utensílios	(617)	(511)
Total da depreciação	<u>(1.618.822)</u>	<u>(1.619.764)</u>
(-) Provisão para o valor de recuperação	(92.771)	(92.771)
Reversão da provisão para o valor de recuperação	61.552	
Depreciação dos ativos da provisão ao valor de recuperação	13.410	
Imobilizado em serviço - líquido	<u>230.764</u>	<u>197.752</u>
Imobilizado em curso		
Geração		
Terrenos	173	173
Edificações, obras civis e benfeitorias	241.155	90.109
Máquinas e equipamentos	449.954	291.432
Veículos	374	374
Móveis e utensílios	101	101
Imobilizado em curso - gastos a ratear	62.896	50.010
Material em depósito	5.817	7.429
Compras em andamento	32	32
Compras em andamento - despesas alfandegarias	39.000	36.418
Adiantamentos a fornecedores	122.718	239.964
Administração		
Máquinas e equipamentos	346	931
Total do imobilizado em curso	<u>922.566</u>	<u>716.973</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.153.330</u>	<u>914.725</u>

Nos registros contábeis, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$ 94.083 (2008 - R\$ 9.888) na conta “Adiantamento a fornecedores (imobilizado em curso)” que, para fins de apresentação dessas Demonstrações Financeiras, estão sendo apresentados líquidos dos saldos de fornecedores - conta “Fornecedores materiais e serviços”. O encontro de contas nos

registros contábeis será realizado no momento da finalização do desembaraço alfandegário que encontra-se em andamento.

Os saldos de imobilizado em curso se referem principalmente aos investimentos na aquisição de equipamentos, componentes e peças para projetos e obras da usina "UTE - Candiota III" e para adequação e melhorias nas unidades de geração de energia da Companhia, que contribuirão para resultados futuros, e estão assim representados:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Geração		
UTE Presidente Médici – Candiota Fase A e B	58.867	40.726
UTE – Candiota III	862.814	676.212
UTE São Jerônimo	314	-
UTE NUTEPA	225	28
SEDE Administrativa	346	7
Total do imobilizado em curso	<u>922.566</u>	<u>716.973</u>

As principais taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia, de acordo com a Resolução ANEEL no. 44 de 17 de março de 1999 são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação - %</u>
Geração	
Caldeira	5,0
Chaminé	4,0
Equipamento ciclo térmico	4,5
Equipamentos da tomada d'água	3,7
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 10,0
Máquinas e equipamentos gerais	2,0 a 10,0
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0
Turbina à vapor	4,0
Veículos	20,0
Administração	
Máquinas e equipamentos	10,0
Móveis e utensílios	10,0
Veículos	20,0

A Companhia utiliza os critérios de unitização e cadastramento do imobilizado em serviço conforme determinado pela Portaria DNAEE no. 815, de 30 de novembro de 1994. Em 2004, concluiu o processo de inventário e revisão de seu imobilizado e, como resultado, efetuou a reclassificação de alguns bens entre contas e entre Unidades de Cadastro - UC, afetando principalmente edificações, obras civis, benfeitorias e máquinas e equipamentos.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração são vinculados a esse serviço, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do

Órgão Regulador. A Resolução ANEEL no. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Conforme o Contrato de Concessão de Geração no. 67/2000 assinado com a ANEEL, ao final da concessão operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculadas à exploração das usinas termelétricas, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à Companhia, observando-se os valores e datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Conforme comentado na Nota 5 (j), a Companhia ajustou ao valor recuperável seu ativo imobilizado no montante de R\$ 17.809 (2008 - R\$ 92.771).

Em atendimento às disposições contidas na NBC T 19.1 - "Ativo Imobilizado", foram transferidos para o ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros contabilizados	14.995	7.811
Variações monetárias e cambiais	(183.875)	142.226
Despesas financeiras	29.400	29.855
IOF	926	1.039
	<u>(138.554)</u>	<u>180.931</u>

A Companhia possui Termo de Compromisso firmado com o IBAMA, referente à Usina Presidente Médici - Candiota II, que prevê investimentos na ordem de R\$ 190.000. Parte deste plano de investimento já foi realizada, conforme destacado na nota 19 (d) (ii), havendo previsão de desembolsos até 2012 de aproximadamente R\$ 175.000 do valor acima citado.

Estes investimentos terão como fim a compra de equipamentos e substituição de outros, que serão contabilizados no ativo imobilizado, como consta no projeto de adequação ambiental. Os investimentos têm a finalidade de redução de emissões atmosféricas de NOx, SO₂ e material particulado, mediante a implantação de queimadores de baixo NOx, desulfurizadores e reforma dos precipitadores eletrostáticos, respectivamente.

A aquisição dos ativos vinculados ao cumprimento do Termo de Compromisso junto ao IBAMA, embora não aumentando diretamente os futuros benefícios econômicos da usina, é necessária para que a Companhia obtenha os benefícios econômicos futuros dos seus outros ativos. Sendo assim, esses itens do ativo imobilizado qualificam-se para o reconhecimento como ativo porque permitirão à Companhia obter benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados acima, situação esta que não ocorreria caso os investimentos não fossem realizados.

12 Intangível

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Intangível em serviço		
Geração	317	318
Administração	<u>10.494</u>	<u>10.494</u>
Intangível em serviço	<u>10.811</u>	<u>10.812</u>
Amortização acumulada		
Geração	(161)	(116)
Administração	<u>(7.807)</u>	<u>(6.460)</u>
Amortização acumulada	<u>(7.968)</u>	<u>(6.576)</u>
Total intangível serviço	<u>2.843</u>	<u>4.236</u>
Intangível em curso	137	-
Total do intangível em curso	<u>137</u>	<u>-</u>
Total do intangível	<u>2.980</u>	<u>4.236</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço refere-se principalmente ao direito de uso de softwares.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia, de acordo com a Portaria no. 815 DNAEE, item 22.2 é de 20% ao ano, atualizada pela Resolução ANEEL no. 44 de 17 de março de 1999.

13 Fornecedores

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fornecedores - encargos de uso da rede elétrica	1.052	885
Fornecedores de energia elétrica - Câmara de Comércio de Energia Elétrica - CCEE (a)	45.155	39.310
Materiais e serviços (b)	32.046	28.901
Aquisição de combustíveis (CDE)	9.480	7.885
	<u>87.733</u>	<u>76.981</u>

(a) Fornecedores de energia elétrica

Refere-se à provisão relativa a penalidades da CCEE e Liquidação Especial da AES SUL (Nota 32), que estão em discussão judicial não tendo exigibilidade imediata.

(b) Materiais e serviços

Refere-se a compras de materiais para construção da UTE Candiota III (Fase C) que serão liquidados através de linha de financiamento ECR 280/2006 (Nota 15 (b)), portanto serão

liquidados com recursos oriundos de financiamentos de longo prazo, e portanto transferidos para o grupo passivo não circulante quando liquidados.

14 Tributos e contribuições sociais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
COFINS	752	431
INSS	2.191	2.659
PASEP	144	81
FGTS	385	525
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de terceiros retidos na fonte	5.761	3.113
SENAI/SESI	150	140
ISSQN de terceiros retido na fonte	1.137	633
Recolhimento de impostos e contribuições	19	-
	<u>10.539</u>	<u>7.582</u>

15 Empréstimos e financiamentos

A companhia apresenta como composição para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas em moeda nacional e estrangeira os valores a seguir:

	2009	2008
Moeda Estrangeira		
ECR Nº 280/2006 I	19.971	-
ECR Nº 280/2006 II	39.750	-
Moeda Nacional		
ECF Nº 2.763/2009	319	-
Encargos Financeiros		
Encargos Financeiros - ECR 280-A/2007	1.965	-
Passivo Circulante	62.005	-
Moeda Estrangeira		
ECR Nº 280/2006 I	459.350	346.329
ECR Nº 280/2006 II	218.624	219.998
Moeda Nacional		
ECF Nº 2.763/2009	3.507	-
ECF Nº 2.796/2009	16.601	-
	698.082	566.327
Encargos Financeiros		
Encargos Financeiros - ECR 280-A/2007	21.612	7.811

(a) Empréstimos de curto prazo

Contrato de ECF nº 2763/2009

Parcela	Vencimento	31 de dezembro de 2009
Primeira	30/12/2010	319
		319

Contrato de ECR nº 280/2006I

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<u>Parcela</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Primeira	20/6/2010	9.986
Segunda	20/12/2010	9.985
		<u>19.971</u>

Contrato de ECR nº 280/2006II

<u>Parcela</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Primeira	20/6/2010	19.875
Segunda	20/12/2010	19.875
		<u>39.750</u>

Contrato de ECR nº 280-A/2007I

<u>Parcela</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Primeira	20/6/2010	983
Segunda	20/12/2010	982
		<u>1.965</u>

(b) Empréstimos e financiamentos de longo prazo

Contrato ECR no. 280/2006

O funding necessário à construção do empreendimento UTE Candiota III (Fase C), foi captado pela controladora Eletrobrás com repasse à Companhia através do Contrato no. ECR no. 280/2006, referentes aos termos de dois contratos: um de financiamento (Crédito à Exportação no montante de US\$ 281 milhões) e um de empréstimo (Crédito Comercial no montante de US\$ 149 milhões), tendo sido assinados entre a Eletrobrás, China Development Bank - CDB, BNP Paribas e CGTEE, no dia 20 de abril de 2007, e também o Aditivo ECR no. 280-A/2007, assinado em 13 de junho de 2007 entre Eletrobrás e CGTEE referente à carência dos juros durante a construção.

A captação foi realizada com o banco China Development Bank - CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo do Brasil e o Governo da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infra-estrutura de construção firmado em Pequim em 5 de junho de 2006. A Eletrobrás e a Companhia atenderam às condições precedentes sob suas responsabilidades, porém os bancos CDB e BNP Paribas tiveram atrasos para obter as aprovações dos contratos pelas autoridades governamentais chinesas, as quais requereram modificações nos termos contratuais, retardando a respectiva liberação dos recursos. A demora na obtenção da aprovação prejudicou o normal andamento dos pagamentos ao contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) do empreendimento. Somente em 8 de maio de 2008, após negociação com autoridades chinesas, que envolveram o Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, CGTEE e Embaixada Brasileira de Beijing, houve a assinatura de aditamento aos contratos, adequando-os às exigências das autoridades chinesas. Assim, a Companhia efetuou todos os pagamentos do Contrato de EPC, na primeira quinzena de julho de

2008.

Os contratos assinados apresentam as seguintes condições financeiras:

Financiamento UTE Cadiota III (Fase C) - ECR no. 280/2006 e ECR no. 280-A/2007

Número do contrato	ECR no. 280/06 I	ECR no. 280/06 II	ECR no. 280-A/07
Valor do contrato	US\$ 281 milhões	US\$ 149 milhões	Juros construção
Valor utilizado	US\$ 275 milhões	US\$ 148 milhões	R\$ 15 milhões
Juros	LIBOR semestral	LIBOR semestral	IPC-A
"Spread" - %	0,75	1,30	8% a.a.
Taxa de abertura - % parcela única	0,50	0,50	
"Commitment fee" - % a.a.	0,35	0,15	
Prêmio de seguro	6,76		
Prazo (anos)	12	7	12
Pagamentos (semestrais)	24	13	24
	20 de junho	20 de junho	20 de junho
Carência/primeiro pagamento	de 2010	de 2010	de 2010
Fontes	CDB	CDB/BNPP	Eletrobrás
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2009	R\$ 479.321	R\$ 258.374	R\$ 23.577

Conforme carta PR-117/2009 a Companhia está em adiantadas negociações com a holding visando prorrogar o início das amortizações pra este ECR.

Em 31 de dezembro 2009, o valor registrado no passivo não circulante, relativo aos contratos de financiamento, considerando os valores em dólares convertidos a uma taxa de R\$ 1,7412 são os seguintes:

- . US\$ 275 milhões, correspondentes em R\$ 479.321.
- . US\$ 148 milhões, correspondentes em R\$ 258.374.

No empréstimo comercial de US\$ 149 milhões ocorreram liberações no valor equivalente a US\$ 148.389 mil, sendo estes recursos destinados ao pagamento de parcelas da garantia do financiamento (FEE CDB), proporcionais aos pedidos de saques realizados, nos seguintes valores:

- . FEE (seguro) China Development Bank, no valor US\$ 29.429 mil.
- . Reembolso de tributos e liquidação ECF no. 2.681/08, US\$ 118.960 mil.

No financiamento de US\$ 281 milhões, ocorreram liberações no valor equivalente a US\$ 275.282 mil, sendo estes recursos destinados para pagamentos diretos ao EPC e também reembolso à CGTEE de pagamentos efetuados ao Consórcio Sul Energia, ficando esse valor retido na Eletrobrás para liquidação da primeira e segunda parcela do empréstimo de curto prazo (ECF no. 2.681/2008), assinado com a Eletrobrás em 14 de março de 2008.

As garantias para o cumprimento contratual foram apresentadas à Eletrobrás na forma de seus recebíveis, conforme Despacho no. 1858 de 13 de junho de 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neste contrato não consta cláusula restritiva que antecipem o vencimento das parcelas.

(c) Encargos de empréstimo e financiamento de longo prazo

Contrato ECR no. 280-A/2007

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2009 referem-se à operação realizada em 18 de dezembro de 2008. A Eletrobrás efetuou o pagamento de US\$ 1.104 mil referente aos encargos do empréstimo de US\$ 149 milhões, correspondente ao período de 8 de julho de 2008 a 20 de dezembro de 2008 e US\$ 2.206 mil referente ao financiamento de US\$ 281 milhões, correspondentes ao período de 11 de julho de 2008 a 20 de dezembro de 2008.

Esses valores foram registrados na Companhia em 22 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 7.811, incluídos a variação do IPCA no período de 20 a 31 de dezembro de 2008.

No exercício de 2009 foram atualizados os encargos financeiros e contabilizados os juros pagos pela Eletrobrás em junho e dezembro de 2009, totalizando o montante de R\$ 23.577.

Contrato ECF no. 2.763/2009

A Companhia assinou em 1º de outubro de 2009, contrato de financiamento ECF no. 2.763/2009 com a controladora Eletrobrás, no valor original de R\$ 3.713. Este valor foi acrescido de 1% a.m entre o dia 30 de agosto de 2009, data da assinatura do contrato, e a efetiva liberação econômica ocorrida em 30 de novembro de 2009, perfazendo um total de R\$ 3.826.

Este empréstimo destinou-se ao pagamento da compra de energia adquiridos da Companhia CHESF no valor de R\$ 3.551 acrescido de R\$ 70 para cobrir o IOF da operação e R\$ 92 correspondente ao período de correção de vencimento das faturas até a data da assinatura do contrato. Os juros são pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram calculados encargos "pro rata temporis" (taxa SELIC mais "spread" de 0,5% a.a.), registrados como despesas financeiras no valor de R\$ 29. O prazo de carência do valor principal é de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 12 (doze) parcelas mensais. O saldo em longo prazo em 31 de dezembro de 2009 é R\$ 3.507, composto de 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 319 e 1 (uma) parcela de R\$ 317. Neste contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

Contrato ECF no. 2.789/2009

A Companhia assinou em 29 de dezembro de 2009, contrato de financiamento no ECF no. 2.789/2009 com a controladora Eletrobrás, no valor de R\$ 38.850.

Este empréstimo destinou-se a um Adiantamento por Conta de Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 38.850, visando a capitalização dos créditos da Eletrobrás decorrentes do saldo

devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários no ECF nº 2.735/2009, assinado em 9 de fevereiro de 2009 e ECF nº 2.753/2009, assinado em 30 de maio de 2009.

Com relação a este assunto temos informações adicionais na Nota Explicativa nº 22 (d) Recursos destinados ao aumento de capital.

Contrato ECF no. 2.796/2009

A Companhia assinou em 29 de dezembro de 2009, contrato de financiamento no ECF no. 2.796/2009 com a controladora Eletrobrás, no valor de R\$ 166.014.

Este empréstimo destina-se a cobertura financeira dos custos diretos para a Revitalização da UTE Presidente Médici - Candiota II, cujos recursos são da Reserva Global de Reversão - RGR. Os juros são pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês e com a incorporação dos juros ao saldo devedor durante o período de carência. O prazo de carência do valor principal é de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da assinatura do contrato. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 60 (sessenta) parcelas mensais. O saldo em longo prazo em 31 de dezembro de 2009 é R\$ 16.601. Neste contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

(d) Previsão de desembolsos com empréstimo e encargos

Com base nos contratos de empréstimos e financiamentos a Companhia apresenta abaixo, para os próximos anos, o seguinte perfil de desembolsos com o pagamento do principal e dos encargos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	62.005	46.510
2011	65.470	46.509
2012	65.007	46.510
2013	65.007	46.509
2014	65.007	46.510
após 2015	459.203	341.590
	<u>781.699</u>	<u>574.138</u>
Circulante	62.005	
Não Circulante	719.694	574.138
	<u>781.699</u>	<u>574.138</u>

16 Encargos do consumidor a recolher

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	2.238	2.477
Taxa de fiscalização - ANEEL	2	37
	<u>2.240</u>	<u>2.514</u>

17 Obrigações estimadas

O saldo de R\$ 9.615 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 7.424) representa as obrigações da Companhia para com seus empregados no que se refere ao pagamento de férias e décimo terceiro salário e respectivos encargos.

18 Provisão para aposentadoria incentivada

Em decorrência do acordo coletivo de trabalho homologado em 1o. de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE, nos termos de "benefício definido" e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.

Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e às contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.

Os valores provisionados estão assim resumidos:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	Não		Não	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Complemento de aposentadoria	635	744	942	1.157
Contribuição à Fundação	74	85	108	131
	<u>709</u>	<u>829</u>	<u>1.050</u>	<u>1.288</u>

19 Provisão para contingências e depósitos judiciais

	2009			2008		
	Provisão	Depósitos judiciais	Não Circulante	Provisão	Depósitos judiciais	Não Circulante
Trabalhista	11.479	(2.011)	9.468	11.491	(1.778)	9.713
Fiscal	67	-	67	50	-	50
Civil	3.692	-	3.692	270	-	270
	<u>15.238</u>	<u>(2.011)</u>	<u>13.227</u>	<u>11.811</u>	<u>(1.778)</u>	<u>10.033</u>

(a) Provisão para contingências trabalhistas

Os depósitos judiciais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas (depósitos recursais), inclusive de reclamatórias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 11.479 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 11.491) para cobrir as perdas prováveis, para os quais a Companhia realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 2.011 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 1.778).

Eventuais passivos decorrentes de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados da CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE.

Além disso, a Companhia ofereceu para garantia em processos de execução de reclamatória trabalhistas, 18 veículos de sua frota, cujo valor contábil é de R\$ 318.

(b) Provisão para contingências fiscais

Nesta rubrica estão lançados os valores correspondentes a ação de execução fiscal promovida pelo INSS correspondente à contribuição do salário educação.

(c) Provisão para contingências civis

As contingências civis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores, incluindo a CEEE-D (Companhia Estadual de Energia Elétrica de Distribuição). O valor total da provisão referente contingências cíveis, classificados como perda provável, estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 270).

A Companhia foi acionada pela CEEE-D para cobrança de valores relativos à ação de transferência da CGTEE efetuada pela CEEE para Eletrobrás. Este processo tem valor de R\$ 3.650 e segundo análise da Assessoria Jurídica a probabilidade de perda pela Companhia foi considerada como provável a partir do 3º trimestre de 2009, devido a mudanças no andamento do referido processo.

(d) Questões ambientais e compromissos financeiros assumidos (não auditado pelo auditor independente)

(i) Usina termelétrica de São Jerônimo

A Companhia é parte de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público Federal - MPF que trata da redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo, firmado em 1996. Buscando atender à demanda deste TAC, a Companhia firmou em 22 de setembro de 2009, um convênio com a empresa Ghabril Ambiental, para a instalação de termos-reator filtrantes, cujo objetivo é a redução de óxidos de enxofre e material particulado.

A renovação da Licença de Operação da Usina Termelétrica de São Jerônimo, LO no. 5254/2000-DL, requerida em 14 de outubro de 2004, está vinculada ao atendimento do respectivo TAC. Até a apresentação destas demonstrações financeiras, o status do processo de renovação desta LO junto a FEPAM é, “aguarda complementação”, o que significa que o órgão licenciador está aguardando a apresentação, por parte da Companhia, de uma proposta de adequação ambiental para a Usina Termelétrica de São Jerônimo que atenda as condições estabelecidas no referido TAC. Oportunamente a Companhia apresentará o cronograma para execução desta proposta de adequação ambiental.

(ii) Usina termelétrica Presidente Médici

Em 19 de julho de 2005 a Companhia recebeu dois Autos de Infração e respectivas multas, emitidos pelo IBAMA, referentes a inconformidades na Usina Presidente Médici apontadas pelos técnicos daquele Instituto, como segue:

- AI nº. 526763 D - referente às condicionantes da Licença de Operação nº. 057/99; e
- AI nº. 526764 D - referente ao lançamento de resíduos ou efluentes em desacordo com o padrão.

Com relação a esses autos de infração, a Companhia protocolou recurso administrativo no IBAMA, primeiro, com base na legislação aplicável, requerendo a anulação dos Autos e segundo, recorrendo do mérito das infrações apontadas. A Companhia apresentou ainda requerimento para que nos termos do parágrafo 4º do artigo 72 da Lei 9.605/98, sejam as multas convertidas em investimentos na adequação ambiental da Usina Presidente Médici. A administração da Companhia, com base no parecer do seu departamento jurídico, acredita no sucesso das medidas administrativas tomadas, e permanece no aguardo de manifestação do IBAMA. Não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações contábeis já que a Administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto.

A Companhia é parte de um Termo de Compromisso - TC firmado em maio de 2006 com o IBAMA

(Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) visando à adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici. Os recursos necessários para o cumprimento deste TC estão previstos no orçamento de investimentos da Companhia, no montante aproximado de R\$ 190.000.

Em maio de 2008 a Companhia solicitou ao IBAMA o aditamento do referido Termo de Compromisso, conforme previa cláusula específica do mesmo. A Companhia aguarda manifestação do IBAMA quanto à sua solicitação.

No processo de adequação ambiental da Usina Presidente Médici, visando atender o TC, a Companhia já despendeu um monte de aproximadamente R\$ 15.000, destacando-se os seguintes projetos:

- construção da cobertura do pátio de carvão;
- despoeiramento da torre de manuseio de carvão;
- recirculação do efluente líquido.

Os demais projetos previstos no TC e ainda não executados estão contemplados no Orçamento de Investimentos 2010/2012 da Companhia, de aproximadamente R\$ 175.000. Dentre estes projetos pode-se destacar:

- implantação de um sistema de dessulfurização;
- melhorias na área de armazenamento de resíduos sólidos industriais;
- implantação da rede de monitoramento da qualidade do ar.

20 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 20. da Lei no. 9.430/1996.

(b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 488.341 e R\$ 488.577, respectivamente. Em junho de 2002 foi publicada a Instrução CVM no. 371 a qual estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conservadoramente, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Tais ativos representariam em 31 de dezembro de 2009, respectivamente,

R\$ 122.085 e R\$ 43.972.

(c) Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social gerados no exercício

A demonstração do cálculo do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(20.919)	(292.202)
Efeito líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	<u>(56.084)</u>	<u>116.919</u>
Contingências trabalhistas	(12)	5.573
Energia elétrica comprada para revenda	16.287	18.204
Provisão atuarial - CVM 371	(2.214)	(2.031)
Participação nos lucros e resultados - PLR	2.060	3.841
Outras provisões para contingências	3.422	114
Provisão para o valor de recuperação - imobilizado	(74.962)	92.771
Outras provisões temporariamente não dedutível	(665)	(1.553)
Despesas não dedutíveis	<u>473</u>	<u>168</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (não registrados)	<u><u>(76.530)</u></u>	<u><u>(175.115)</u></u>

21 Provisão para pesquisa e desenvolvimento

A Lei no. 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2o. que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei no. 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei no. 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Com relação aos dispêndios previstos para pesquisa e desenvolvimento a serem aplicadas, em projetos na própria empresa, referentes aos ciclos de 2003/2004 e anteriores a Companhia realizou 100% do valor provisionado, para o ciclo 2004/2005 realizou 98,78% do valor, para o ciclo 2005/2006 realizou 77,01% do valor, para o ciclo 2006/2007 realizou 59,97% do valor e para o ciclo 2007/2008 (abril de 2007 a março de 2008) foi realizado 60,00%, o período de abril a dezembro de 2008 foram realizados 55,47% e do exercício de 2009 já encontram-se realizados

48,43% do total dos valores já provisionados. No último trimestre de 2009 foi realizada uma chamada de projetos, quando foi aberta a possibilidade de empregados da Companhia apresentar projetos ou sugestões de temas para pesquisa. Com o incentivo, vários colaboradores apresentaram projetos vinculados à instituição de pesquisa. Os projetos selecionados pela comissão de P&D da Companhia serão submetidos à análise da comissão da Eletrobrás e posteriormente serão enviados para deliberação da ANEEL. Os recursos para o FNDCT e MME provisionados no ciclo 2007/2008 foram pagos até setembro de 2009, conforme o parcelamento definido na versão 2006 do manual, com último pagamento para junho de 2009. Para o exercício de 2008 os valores relativos ao FNDCT (R\$ 548) e ao MME (R\$ 274) foram pagos em 6 de fevereiro de 2009 conforme determina o Manual de P&D da ANEEL, item 2.3.1 versão 2008, apresentando-se, desta forma, uma realização de 55,47% dos valores totais provisionados para o exercício de 2008. A partir de janeiro de 2009 os valores apurados em cada mês estão sendo recolhidos ao FNDCT e ao MME até o quinto dia útil do segundo mês seguinte ao do provisionamento e em relação aos valores provisionados em 2009 a Companhia apresenta uma realização de 48,43%. A partir do mês de agosto de 2008 e relativamente ao saldo apresentado em 30 de junho de 2008, passou a incidir sobre o saldo não realizado da verba de projetos próprios da Companhia, o acréscimo da variação da SELIC, assim sendo, o saldo existente no demonstrativo abaixo, no item "Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento" encontra-se atualizado pela variação da SELIC conforme determina o Manual de P&D da ANEEL versão 2008.

Exercício 2009	Valores	Valores	Saldo em	Saldo em
	provisionados	realizados	31/12/2009	31/12/2008
FNDCT	766	700	66	-
Contribuição MME	383	350	33	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	1.019		1.019	-
	<u>2.168</u>	<u>1.050</u>	<u>1.118</u>	<u>-</u>
Período Abr até Dez/2008	Valores	Valores	Saldo em	Saldo em
	provisionados	realizados	31/12/2009	31/12/2008
FNDCT	548	548	-	548
Contribuição MME	274	274	-	274
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	660	-	660	660
	<u>1.482</u>	<u>822</u>	<u>660</u>	<u>1.482</u>
Ciclo 2007/2008	Valores	Valores	Saldo em	Saldo em
	provisionados	realizados	31/12/2009	31/12/2008
FNDCT	566	566	-	236
Contribuição MME	283	283	-	113
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	566		566	566
	<u>1.415</u>	<u>849</u>	<u>566</u>	<u>915</u>
Ciclo 2006/2007	Valores	Valores	Saldo em	Saldo em
	provisionados	realizados	31/12/2009	31/12/2008
FNDCT	621	621	-	-
Contribuição MME	311	311	-	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	622		622	622
	<u>1.554</u>	<u>932</u>	<u>622</u>	<u>622</u>
Ciclo 2005/2006	Valores	Valores	Saldo em	Saldo em
	provisionados	realizados	31/12/2009	31/12/2008
FNDCT	703	703	-	-
Contribuição MME	351	351	-	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	703	299	404	431
	<u>1.757</u>	<u>1.353</u>	<u>404</u>	<u>431</u>
Ciclo 2004/2005	Valores	Valores	Saldo em	Saldo em
	provisionados	realizados	31/12/2009	31/12/2008
FNDCT	888	888	-	-
Contribuição MME	444	444	-	-
Projetos e pesquisa e desenvolvimento	888	861	27	27
	<u>2.220</u>	<u>2.193</u>	<u>27</u>	<u>27</u>
TOTAL			<u>3.397</u>	<u>3.477</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social no valor de R\$ 868.721 (2008 - R\$ 868.721), totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no País, cujas quantidades estão distribuídas conforme segue:

	<u>Ações</u>	<u>Percentual</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	1.126.273.714	99,94
Antônio Carlos da Silva Estevão	198.517	0,02
Júlio Cesar Schneider Marques	105.971	0,01
Aldo Sani	59.608	0,01
Outros	160.226	0,01
Ações em tesouraria	149.731	0,01
	<u>1.126.947.767</u>	<u>100</u>

Conforme o estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado será destinado para pagamento de remuneração aos acionistas, na proporção de suas ações. De acordo com a legislação tal remuneração somente será destinada após compensação dos prejuízos acumulados.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria referem-se ao resgate de ações ordinárias realizado em abril de 2005 de sete ex-acionistas minoritários, que requereram o exercício do direito de sua retirada da Companhia, amparados pelo artigo 137 da Lei no. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em decorrência das alterações aprovadas no Estatuto Social em Assembléia Geral Extraordinária do dia 18 de junho de 2004.

(c) Reservas de capital

O capital próprio aplicado às imobilizações em curso, até o mês de maio de 2001, era remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Esta remuneração foi apropriada no ativo imobilizado em curso e creditada em reserva de capital, tendo sua depreciação iniciada a partir da entrada do bem em operação. Essa prática contábil foi descontinuada no mês de junho de 2001.

(d) Recursos destinados ao aumento de capital

O valor de R\$ 38.850, faz parte do Contrato ECF no. 2.789/2009, o qual informamos na nota explicativa nº 15 - empréstimos e financiamentos.

Para a realização do aumento de capital é necessário a obtenção pela CGTEE de autorizações prévias dos órgãos governamentais (PGFN, DEST e ANEEL), bem como a convocação da respectiva Assembléia Geral de Acionistas com observância da Lei 6.404/1976, estando condicionado à obtenção pela CGTEE de todas as autorizações bem como a execução das providências previstas nas Deliberações do Conselho de Administração da Eletrobrás até 31 de março de 2010, em caso contrário será convertido em dívida nas mesmas condições dos contratos que deram origem a este AFAC.

23 **Suprimento de energia elétrica**

A composição da receita relativa a suprimento de energia elétrica é como segue:

	Número de concessionários		MWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Suprimento	54	37	2.124.303	2.125.729	210.219	193.846
Contratos bilaterais	2	2	12.068	1.607	2.098	1.382
	56	39	2.136.371	2.127.336	212.317	195.228

(*) Dados em MW/h não auditados pelo auditor independente.

24 **Recuperação de despesas - subvenção combustíveis**

Refere-se à subvenção para aquisição de combustíveis fósseis com recursos da Conta Consumo de Combustíveis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cujos reembolsos foram solicitados à Eletrobrás por conta do consumo de carvão mineral e óleo combustível para a produção de energia elétrica.

25 **Custo e despesas com pessoal e c/entidade de previdência privada**

	Operação		Administração	
	2009	2008	2009	2008
Remunerações	29.532	33.352	11.343	8.188
Encargos sociais	11.509	11.110	3.293	2.815
Auxílio alimentação	2.869	2.100	739	729
Convênio assistencial e outros benefícios	3.255	2.985	3.129	2.821
Incentivo à aposentadoria			243	(16)
Provisões (férias, 13os. salários, encargos, causas trabalhistas, e passivo atuarial - Deliberação CVM no. 371/2000)	(76)	654	854	5.719
Administradores			866	659
Outros	45	55	60	34
Subtotal - custo e despesas de pessoal	47.134	50.256	20.527	20.949
Contribuições ao fundo de pensão	3.252	2.897	625	495
TOTAL	50.386	53.153	21.152	21.444

26 **Despesas gerais e administrativas**

	2009	2008
Pessoal e entidade de previdência privada	21.152	21.444
Material	391	359
Serviços de terceiros	4.266	3.575
Depreciação e amortizações	1.957	2.008
Taxa de fiscalização - ANEEL	21	443
Publicidade e propaganda e publicações oficiais	322	658
Aluguel de imóveis	657	775
Recuperação de despesas	(5.060)	(3.348)
Outras provisões	3.439	115
Outras	1.946	2.079
TOTAL	29.091	28.108

27 **Remuneração empregados e administradores**

(a) **Limites de remuneração (não auditado pelo auditor independente)**

A maior e menor remuneração mensal paga a empregados foi de R\$ 22.300,67 e R\$ 1.255,27 respectivamente, tendo-se por base o mês de dezembro de 2009. O maior e menor honorário atribuído a dirigente no mês de dezembro de 2009 foi de R\$ 17.689,57 e R\$ 1.768,95, conforme aprovação da ata 11a. da Assembléia Geral de Acionistas, ocorrida no dia 27 de abril de 2009 (valores em reais).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(b) Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna. A remuneração referente a salários e encargos paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e encargos	367	348
Honorários de diretoria	630	603
Honorários de conselho	167	146
Participação nos lucros	63	78
TOTAL	<u><u>1.227</u></u>	<u><u>1.175</u></u>

28 Plano de aposentadoria

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE com participação de 4,24% sobre as reservas técnicas do Fundo. O objetivo principal desse patrocínio é a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. A reserva a amortizar corresponde a custo de serviço passado e, de acordo com a Deliberação CVM n°. 371, de 13 de dezembro de 2000 está sendo amortizada ao longo de 132 meses, a contar de janeiro de 2009, que corresponde ao período remanescente de serviço dos empregados que deverão receber os benefícios do plano.

Em 31 de dezembro de 2009, do total de 578 (534 - 2008) funcionários, 296 (302 em 2008) participam do Plano, tendo contribuído com um total - incluindo contribuição normal e despesa administrativa - de R\$ 2.560 (R\$ 2.282 - 2008), sendo que a Companhia contribuiu com R\$ 3.975 (R\$ 3.562 - 2008), não restando nenhuma obrigação vencida.

O plano de suplementação é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, contribuindo a Companhia e o empregado cada um com 8,43% da folha de salários. Adicionalmente, a patrocinadora recolhe mensalmente, a título de "Parcela Amortizante", o equivalente a 4,23% da folha de salários dos participantes ativos referente a custo de serviço passado. A última revisão atuarial dos compromissos registrados na ELETROCEEE (através da adoção de critérios específicos diferentes dos requeridos pela Deliberação CVM n°. 371) foi procedida por atuário independente dessa fundação, para a data-base de 31 de dezembro de 2009, com a emissão de parecer em 08 de fevereiro de 2010, estando demonstrada na seguinte posição:

Descrição	31/12/2009		31/12/2008	
	Total geral da Fundação ELETROCEEE	Parte proporcional CGTEE	Total geral da Fundação ELETROCEEE	Parte proporcional CGTEE
Benefícios concedidos	2.734.210	51.811	2.414.884	46.469
Benefícios a conceder	1.127.045	102.268	1.307.909	96.976
Subtotal	3.861.255	154.079	3.722.793	143.445
Reserva a amortizar	(288.448)	(9.556)	(488.755)	(9.653)
Reservas matemáticas	3.572.807	144.523	3.234.038	133.792
Superávit técnico	310.438	20.089	100.475	1.034
Total das reservas técnicas	3.883.245	164.612	3.334.513	134.826

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 371, a Companhia reconheceu integralmente em dezembro de 2001 o ajuste do passivo atuarial decorrente dos benefícios a que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

O estudo atuarial, efetuado por atuário independente para a data-base de 31 de dezembro de 2009, apresentou um ativo líquido de R\$ 650, sendo que o saldo apresentado de R\$ 1.538 refere-se à provisão de aposentadoria incentivada, conforme mencionado na Nota 18.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada:

	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente da obrigação atuarial	130.866	130.635
Valor justo dos ativos do plano	(175.052)	(131.889)
Ativo líquido	(44.186)	(1.254)
Ganho atuarial a amortizar	43.536	5.806
Valor da obrigação atuarial líquida	(650)	4.552
Provisão para aposentadoria incentivada	-	(2.338)
* Passivo (Ativo) líquido	(650)	2.214

* Com relação ao exercício 2009 como resultado foi um ativo não houve reconhecimento no balanço, em 2008 houve registro de passivo.

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Passivo líquido no início do período	4.553	8.180
Despesa do período - contribuição adicional	900	776
Pagamento de contribuições	(3.889)	(2.373)
Reversão passivo atuarial Deliberação CVM 371	<u>(2.214)</u>	<u>(2.031)</u>
(Ativo) Passivo líquido	(650)	4.552
Provisão aposentadoria incentivada – curto prazo	(709)	(1.050)
Provisão aposentadoria incentivada – longo prazo	<u>(829)</u>	<u>(1.288)</u>
(Ativo) Passivo líquido	<u><u>(2.188)</u></u>	<u><u>2.214</u></u>

A adoção destas hipóteses considerou as orientações da própria Companhia e de sua controladora Eletrobrás:

(a) Tábua de mortalidade e sobrevivência

Foi adotada a Tábua de Mortalidade AT- 83, segregada por sexo.

(b) Tábuas de entrada em invalidez e de mortalidade de inválidos

Foram, respectivamente, adotadas as Tábuas LIGHT (fraca) e AT-83.

(c) Rotatividade

Foi considerada nula, em consonância com o critério adotado nas avaliações feitas para o MPAS.

(d) Taxa de juros de longo prazo

Foi adotada a taxa de 6% ao ano, considerada adequada nas circunstâncias e já adotada nas demais avaliações dos benefícios.

(e) Taxa de retorno de curto prazo

De acordo com as expectativas da Companhia, e considerando a taxa de juro real aplicada sobre os compromissos projetados, a taxa de retorno de curto prazo foi estabelecida em 10,77%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.

(f) Incremento salarial

A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 2% (dois por cento) média ao ano.

(g) Incremento de benefícios do regime geral

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pelo regime geral da previdência social.

(h) Incremento nos benefícios dos planos

Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.

(i) Fatores de capacidade (não auditado pelo auditor independente)

Considerando a inflação projetada e o fluxo de pagamento dos salários e dos benefícios, os mesmos foram ajustados em 0,98.

29 Instrumentos financeiros

(a) Operações com derivativos

A Companhia não efetuou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 operações com características de derivativos, conforme definidos nas Instruções nos. 235, de 23 de março de 1995, e 550, de 17 de outubro de 2008, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

A Instrução CVM no. 235/95 estabeleceu mecanismos para a divulgação em Nota do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras.

Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia tem atualmente suas vendas concentradas em três clientes, onde a relação comercial é mantida através de contratos iniciais assinados com as três distribuidoras por um período de 15 anos (Produto 1997-2011). Adicionalmente, a Companhia possui transações decorrentes do Segundo Leilão de Energia Existente Produto 2008-2015 com trinta e quatro agentes de distribuição, e os contratos decorrentes do Quarto Leilão de Energia Existente Produto 2009-2016 com dezessete agentes de distribuição, além de contrato bilateral de curto prazo para exportação de energia para Uruguai e Argentina. O risco de crédito é mínimo devido às garantias e penalidades previstas em contrato que inibem ou reduzem consideravelmente a inadimplência.

(d) Risco quanto à escassez de energia no mercado

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há uma escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS a plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado na Disponibilidade da Usina (Índices de Indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) reduzem a garantia física do agente.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças -PLD e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao SPOT é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLDs dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro, ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Para 2009, o valor do VR é de R\$ 145,77/MWh.

(e) Pagamentos em moeda estrangeira

(i) Pagamentos em moeda estrangeira com recursos de financiamento

- . Pagamentos referentes a serviços no exterior, realizados no exercício de 1o. de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 ao fornecedor CITIC - International Contracting Inc., referente ao contrato no. CGTEE/DTC/250/2005 - Contrato de EPC da UTE CANDIOTA III (Fase C), nos termos da subcláusula 13.8.1., corresponde a US\$ 3.749 mil, convertido na data do pagamento em R\$ 7.133.
- . Pagamentos, referentes a adiantamento de importação de equipamentos realizados, no exercício de 1o. de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, ao fornecedor CITIC GUO HUA International Contracting (Overseas) Limited, referente ao Contrato no. CGTEE/DTC/250/2005 - PARO 002/2006, Contrato de EPC UTE CANDIOTA III (Fase C), corresponde a US\$ 20.281 mil, convertido na data do pagamento em R\$ 43.606.

(ii) **Pagamentos em moeda estrangeira com recursos próprios**

Pagamentos realizados no período de 1o. de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2009, referentes a prestação de serviços e aquisição de peças para a Usina Presidente Médici, no valor de € 674 mil, convertidos nas datas dos pagamentos em R\$ 1.860.

(f) **Risco de taxas de câmbio e derivativo**

No exercício de 2009, a Companhia não realizou operações financeiras de derivativo na modalidade de "hedge", mas a administração da Companhia, em conjunto com a controladora Eletrobrás vem estudando as diversas modalidades possíveis para obter proteção para os pagamentos futuros do Contrato de EPC e também para os pagamentos correspondentes aos Contratos de Financiamento captados para o empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição.

	2009		2008	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Adiantamentos a fornecedores em mil US\$	68.064	118.512	98.385	229.927
Passivo				
Empréstimos em mil US\$	(423.670)	(737.695)	(242.331)	(566.327)
	<u>(355.606)</u>	<u>(619.183)</u>	<u>(143.946)</u>	<u>(336.400)</u>

30 Seguros (Não auditado pelo auditor independente)

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por um montante global de R\$ 1.000.937.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento	Importância Segurada	Prêmio total	2009	2008
				Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Compreensivo empresarial	10.11.10	33.512	148	127	119
Risco de engenharia	13.07.10	966.100	2.999	1.498	1.576
Roubo incêndio e colisão	15.06.10	1.325	78	30	32
		<u>1.000.937</u>	<u>3.225</u>	<u>1.655</u>	<u>1.727</u>

31 Assuntos regulatórios

(a) Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Companhia realizou compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir:

	MWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008
Custo				
Energia elétrica comprada para revenda	1.500.621	1.390.408	100.597	192.464
	<u>1.500.621</u>	<u>1.390.408</u>	<u>100.597</u>	<u>192.464</u>

(*) Dados em MW/h não auditados pelo auditor independente.

A redução no custo da energia elétrica comprada para revenda, de 2009 em relação a 2008, deve-se na diminuição significativa do valor de compra por MWs de um período para o outro.

Transações de exercícios anteriores sujeitas a modificações

As transações de energia realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente MAE), ocorridas no período de 1o. de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, totalizaram R\$ 4.266 (vendas) e R\$ 45.706 (compras), tendo sido liquidado até 17 de julho de 2003 o montante líquido de R\$ 41.440 (valor pago). Esses valores foram registrados de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

Não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações financeiras já que a administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto, exceto o valor relativo ao processo judicial movido pela AES-SUL conforme Despacho ANEEL 288/2009 de R\$ 1.829 devidamente provisionado nas contas de fornecedores (Nota 13 (a)), que se encontra em

discussão na justiça.

(b) Leilão de energia elétrica (valores expressos em reais)

Com a descontração de energia prevista pela Lei no. 9.648 de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a gerar energia liberada dos contratos iniciais. Para a venda desta energia a Lei no. 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente podem vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito da CCEE.

A companhia participou nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes buscando colocação para a energia descontraída, como produto desta participação obteve os seguintes resultados:

. Leilão 2º - Produto 2008/2015 - 104MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro/2009, sendo a tarifa praticada de R\$ 103,30 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2008, o qual originou contratos de suprimento de energia com 34 agentes de distribuição.

. Leilão 4º - Produto 2009/2016 - 35MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro/2009, sendo a tarifa praticada de R\$ 110,26 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual originou contratos de suprimento de energia com 17 agentes de distribuição.

A companhia participou em dezembro de 2005 do primeiro Leilão de Energia dos Novos Empreendimentos, onde realizou a comercialização 292 MW/h médios por ano, cuja energia será proveniente da UTE Candiota III (Fase C) da Usina Presidente Médici, pelo período de 15 anos, com início de suprimento a partir de 1o. de janeiro de 2010 ao preço de R\$ 129,50 por MW/h (base IPCA dezembro de 2005). Esta comercialização de energia originou contratos de suprimentos de energia com 31 agentes de distribuição, que foram assinados em 26 de agosto de 2006.

32 **Almoxarifado**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Material - Almoxarifado		
Material de consumo	19.995	19.419
Combustíveis	26.545	15.693
	<u>46.540</u>	<u>35.112</u>

33 **Construção da UTE Candiota III (Fase C) - 350 MW (Não auditado pelo auditor independente)**

Em 15 de dezembro de 2005 a Companhia firmou o Contrato de EPC com a CITIC International Contracting Co. Ltd, empresa da República Popular da China, tendo por objeto a construção da UTE Candiota III (Fase C), em regime "turn key". O valor atual do Contrato de EPC é de US\$ 376.043 mil, base novembro de 2005. Adicionalmente, o contrato prevê uma soma provisional de US\$ 131.960 mil destinada à cobertura dos impostos de importação referentes aos equipamentos fabricados no exterior, verba para cobrir possíveis variações do contrato, verba correspondente à re-equilíbrio da parte civil decorrente da subida imprevisível do aço ocorrida em 2008 e, ainda, parcela correspondente aos custos adicionais com o Plano de Recuperação Parcial do Atraso introduzido no contrato em 12 de agosto de 2009 através do Sétimo Aditamento ao Contrato de EPC. Assim, o valor global do contrato é da ordem de US\$ 508 milhões (equivalentes a aproximadamente R\$ 884.530, em 31 de dezembro de 2009), com prazo de conclusão da usina previsto para junho de 2010. A Companhia terá outros investimentos com o projeto, tais como: fiscalização, infra-estrutura, compensação ambiental, pessoal próprio, seguros, entre outros, avaliadas em cerca de US\$ 150 milhões (equivalentes a aproximadamente R\$ 261.180, em 31 de dezembro de 2009). O investimento será ainda acrescido da parcela correspondente aos juros incorridos durante o período de construção.

O Projeto UTE Candiota III (Fase C) trata-se de uma unidade geradora a carvão mineral nacional, com potência de 350 MW, localizada no município de Candiota - RS, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, cujos licenciamentos e autorizações setoriais foram todos obtidos, e que teve a energia totalmente comercializada pela Companhia no leilão de energia realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2005, pelo prazo de 15 anos a contar de 1º de janeiro de 2010.

Para realizar o gerenciamento da obra, foi implantada pela Companhia uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, que trabalha apoiada pela estrutura organizacional da Companhia e em prestadores de serviços especializados.

Em julho de 2008, houve a liberação dos recursos do financiamento captado pela Eletrobrás junto às instituições China Development Bank - CDB e BNP Paribas, no montante de US\$ 430 milhões, o que permitiu a regularização dos pagamentos devidos ao fornecedor CITIC. Os demais recursos

necessários ao empreendimento serão recursos próprios da Companhia e da sua controladora Eletrobrás.

Visando reduzir ao máximo o atraso que estava configurado para a entrada em operação comercial da unidade, CGTEE, CITIC (contratada para o EPC da usina) e seus subcontratados principais, pactuaram em 12 de agosto de 2009, a adoção de um regime especial de execução de obras, com introdução de turno noturno e extensão de jornada diurna e em fins de semana, o qual está em prática desde aquela data.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado) enquanto a usina não entra em operação comercial, a Companhia está adquirindo, através de realização e participação em Chamadas Públicas, energia no montante de 292 MW médios, para entregar no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010.

Estiveram em andamento até 31 de dezembro de 2009, as seguintes atividades referentes ao empreendimento:

- Projeto executivo de engenharia pelo subcontratado da CITIC, Instituto Noroeste de Engenharia - NWEPMI, que atingiu uma realização de 99,90%.
- Adequação do projeto de engenharia civil às normas brasileiras, denominado processo de "tropicalização", por "pool" de engenharia coordenada pela SENER Engenharia, subcontratada da CITIC, que foi concluído em junho de 2009.
- Atividades de construção de facilidades e obras de infra-estrutura no site, tais como: alojamentos, portarias do canteiro de obras, áreas de pré-montagem, armazéns e escritórios de campo, concluídos em julho de 2009.
- Execução das escavações e aterros nas diversas áreas da usina.
- Execução das fundações e estruturas de concreto das principais instalações da usina, com conclusão das principais estruturas.
- Execução da adutora de água bruta.
- Colocação do telhado e fechamento lateral da casa de máquinas.
- Fechamento e acabamentos da sala de controle da usina, com a instalação dos painéis de comando e painéis elétricos da unidade.
- Execução do duto em concreto da chaminé, com 200 metros de altura, dos anéis de apoio que sustentarão o revestimento refratário, da laje de fundo e início da colocação do revestimento refratário.
- Obras iniciais de acabamento das instalações.

- Montagem da estrutura metálica da casa de máquinas e dos silos de carvão bruto, concluída em outubro de 2009.
- Montagem da caldeira e seus auxiliares.
- Montagem da área de tratamento de gases e da tubulação de água de refrigeração.
- Montagem do conjunto turbina gerador.
- Montagem de diversos sistemas auxiliares da de utilidades da usina.

Fabricação da totalidade dos principais equipamentos da usina foi concluída, cuja entrega atingiu um avanço físico da ordem de 99,70%, em 31 de dezembro de 2009.

A totalidade dos equipamentos importados estará no Canteiro de Obras até o final de março de 2010. Após aquela data, somente algumas peças reservas ainda chegarão ao Canteiro de Obras, todas ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010.

As obras civis atingiram o índice de realização física acumulada de 70% em 31 de dezembro de 2009.

Já a montagem eletromecânica atingiu em 31 de dezembro de 2009, um índice acumulado de realização física de 30,5%.

O avanço físico global acumulado do empreendimento até 31 de dezembro de 2009 foi de 77,80%.

Em 31 de dezembro de 2009 o efetivo atuando nas obras somava 3.680 trabalhadores.

O recrutamento de pessoal, via concurso público, atingiu o número de 35 novos empregados, os quais já iniciaram o treinamento para integrar a equipe de operação e manutenção da usina. Outros 35 colaboradores estão previstos de ingressar em janeiro de 2010, e os demais 106 empregados ingressarão em dois grupos, sendo o primeiro, com 30 integrantes, em março, e o segundo, com 76, em final de maio de 2010.

34 Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1o. do artigo 3o. da Lei no. 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, no montante de R\$ 12.297, não registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo no. 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1o. de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária no. 2007.71.00.048592-4/RS na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido. Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contra-razões, e o processo será remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. Mantendo-se a decisão em favor da Companhia, deverá aguardar-se até o trânsito em julgado da ação para compensação na Secretaria da Receita Federal.

35 Bens da União em regime especial de utilização

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício no. 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda os bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial no. 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e portanto não é sujeito a indenização quando do término do prazo de concessão.

36 Outros assuntos (não auditado pelo auditor independente)

Para apurar os fatos relacionados a pretensas garantias ao Banco KfW Bankengruppe concedidas pela Companhia no montante de € 156.700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 392.664 em 31 de dezembro de 2009) que teriam sido emitidas em favor de empresas privadas, a Companhia instaurou sindicância, cujo relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007.

Entre as conclusões da sindicância destaca-se:

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

- (a) as pretensas garantias foram constituídas ao arrepio da legislação brasileira e das normas estatutárias da Companhia, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas;
- (b) a Companhia não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas e com o banco.

Apuradas evidências internas de autoria e materialidade, o Relatório da sindicância foi imediatamente encaminhado, para as medidas legais cabíveis, às instituições e autoridades competentes: Ministério Público Federal, Polícia Federal, Tribunal de Contas de União, Controladoria Geral da União, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e Eletrobrás.

Cabe registrar que, em 22 de junho de 2007, por meio da Carta PR-105/2007, assinada pelo Diretor-Presidente, Sereno Chaise, e pelo Presidente do Conselho de Administração, Valter Luiz Cardeal de Souza, a Companhia já havia encaminhado para a Polícia Federal denúncia sobre as irregularidades relacionadas às pretensas garantias.

Para a salvaguarda institucional da Companhia e do interesse público, a Companhia contratou escritório de advocacia especializado - Pinheiro Neto Advogados. Por orientação do referido escritório, a Companhia notificou extrajudicialmente o Banco KfW em 18 de julho de 2007 sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome. O escritório contratado ajuizou em 10 de setembro de 2007, através da Ação Cível nº 001/1.07.0207693-0 na 5ª Vara Cível no Foro Central da Comarca de Porto Alegre, Ação Declaratória de falsidade documental cumulada com pedido de exibição de documentos em face do Banco KfW. Com base na posição atualizada da referida ação em dezembro de 2009, obtida do escritório contratado, não ocorreram alterações significativas no andamento do processo. Oportunamente serão avaliadas outras medidas judiciais cabíveis, para reparação de eventuais danos morais e patrimoniais à Companhia.

As supostas garantias dadas a uma das empresas foram formalmente tornadas sem efeito pelo Banco KfW através de comunicação recebida em novembro de 2007.

A administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

37 Eventos Subsequentes (valores em R\$)

A Companhia encaminhou a ANEEL as Cartas PR/099-2009, PR/377-2009 e PR/026-2010, onde solicitou à ANEEL a prorrogação do início de entrada em operação da UTE Candiota III (Fase C). O Órgão Regulador não se manifestou até o momento.

De modo a atender os compromissos firmados nos CCEARs (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado) enquanto a usina não entra em operação comercial, a

Companhia está adquirindo, através de realização e participação em Chamadas Públicas, energia no montante de 292 MW médios, para entregar no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010.

A CCEE, para o faturamento relativo ao mês de janeiro de 2010, aplicou a Resolução ANEEL 165/2005, onde a tarifa praticada ficou limitada a 110% do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) médio do mês de janeiro de 2010, que foi de R\$ 14,20 o MW/h, ao passo que a energia comprada para atendimento ao contrato teve custo de R\$ 42,91 o MW/h.

A Companhia e a CCEE aguardam a manifestação da ANEEL, fato este que poderá alterar o valor de tarifa praticada na liquidação já ocorrida, inclusive no que diz respeito à aplicação da tarifa contratada no Leilão de dezembro de 2005, de aproximadamente R\$ 150,00 o MW/h, provocando uma recontabilização do mês de janeiro, atualmente encerrado.

Diante desta situação, e como são justificáveis os motivos que deram origem ao atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, a Companhia entende que não haverá prejuízo nestas transações.

A administração da Companhia entende não tratar-se de um contrato oneroso, onde o prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato. Tendo em vista que a operação de janeiro está sendo analisada pelo órgão regulador, e o prejuízo apresentado nesta operação não é certeza de se repetir nos meses seguintes até a entrada em operação da usina, prevista para julho de 2010.

* * *

Sereno Chaise
Diretor Presidente

Clóvis Ilgenfritz da Silva
Diretor Financeiro e Relações
com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor
Diretor Técnico

Eduardo Antonio Peters
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci
Contador CRC-RS 46.907